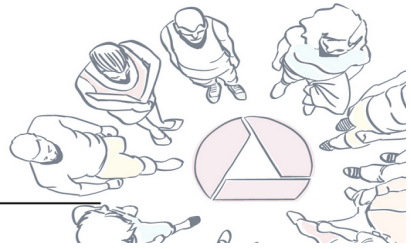
— RESULTADOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO —
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA DO PPAG 2024-2027 – EXERCÍCIO 2026

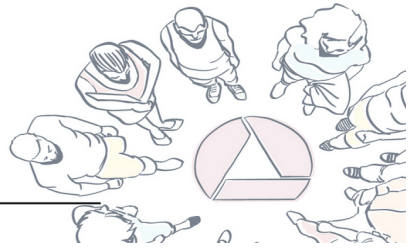
Tema/assunto: Segurança Pública (PLEs nº 156, 159, 173, 174, 179, 205 e 212/2025)
Proponentes: Abenicio Gomes Turibio; Adair Ferreira Carvalho; Adalberto Pereira Freire Lima (26ª Companhia Independente da 15ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais); Adriano Alvarenga; Agnaldo Figueiredo dos Reis (Prefeitura Municipal de Divinolândia de Minas); Alexandre Magnus Folco; Aline Martins Machado; Andrea Torres Americano (Instituto Vida Natural de Timóteo); Antônio Simplício de Sousa (Movimento da Terceira Idade de Belo Oriente); Arthur Rodrigues da Silva; Benedito Pacífico da Rocha (Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes do Vale do Aço); Berenice da Penha Lima (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG); Berta Alícia Nascimento Garcia (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais); Carla Cristina Silva Miranda (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coronel Fabriciano); Cassiano Dias dos Santos (Prefeitura Municipal de Comercinho); Christian Kelly Bento (Instituto Presbiteriano do Vale do Aço); Cícera Maiara da Silva; Cristiane Gonçalves Martins Alvarenga (Instituto Presbiteriano do Vale do Aço); Denis Oliveira Uemato (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais); Derick Rocha de Almeida (Escola Família Agrícola); Diana Wanderley Janhan Sousa (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais); Edson Lucio de Araujo (Associação Moradores Distrito Cachoeira do Vale); Edvan Luiz Silva Nogueira (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais); Elisiane Pires Magalhães (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente); Ernandes Agostinho (Associação Papa João XXIII); Fábio Correia Brito (Presídio de Itaobim); Fábio Lucas Santos do Nascimento (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais); Fabio Marques de Carvalho (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac – Salinas); Fábio Soares de Souza Monteiro (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais); Fernando Januário Pires (Comunidade Terapêutica São Bento); Francinaiara Assis Ferreira (Comitê Cidadania Contra a Fome e Pela Vida); Francisco Uarles Targino da Costa; Gabriel Henrique Teixeira (Escola Família Agrícola); Genivaldo Zeferino Nunes (Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho); Geraldo Heleno Lopes (Conselho Estadual de Saúde); Gildenes Justiniano Silva (Câmara Municipal de Montalvânia); Gilson Balbino; Glauco Sathler Siman (Prefeitura Municipal de Açucena); Guilherme Alves da Silva e Silva; Gustavo Silvério Vidal (Câmara Municipal de Santana do Paraíso); Jair Silva Luciano (Liga Desportiva de Coronel Fabriciano); Jakeline Lara; Jaque Cione Gandra; João Vitor Ferreira Honorato (Liga Ipatinguense de Esportes Especializados); José Edvaldo de Aguiar Neto (Prefeitura Municipal de Francisco Sá); Jose Lucilio Alvarenga Neto (Câmara Municipal de Coronel Fabriciano); José Roberto Silva; José Vespasiano Cassemiro; Júlio César de Oliveira (Câmara Municipal de São João do Oriente); Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade); Jussara Debora da Costa; Katia de Souza Fernandes (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais); Lauriano Sousa Campos (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais); Leonardo Rodrigues Lele da Cunha; Luan Santos Guimarães (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados); Lucas Souza Silva (Prefeitura Municipal de Marliéria); Luis Felipe

Dias Ferreira (Liga Ipatinguense de Esportes Especializados); Luis Felipe Lisboa Oliveira (Escola Família Agrícola); Luiz Alberto Silva de Souza (Câmara Municipal de Guaranésia); Luiz Rocha Neto; Luziene Rodrigues Santana; Maedson Junio Andrade (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais); Marcelo Oliveira da Cruz (Câmara Municipal de Ipatinga); Marília Cristina de Araújo Saraiva; Mateus Ferreira de Almeida; Nereu Nunes Pereira Júnior (Câmara Municipal de Periquito); Paulo Ricardo Cabral Pinheiro (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais); Pedro Arthur Lira Ruas Veloso (Escola Família Agrícola); Ricardo Ávila de Paiva (Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais); Rita Adriana de Cassia Martins Soares (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais); Ruan Filipe Silva Alves (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados); Sebastião Emídio de Madeiros; Sebastião Lopes de Faria (Prefeitura Municipal de Belo Oriente); Sergio Hirle de Souza (Conselho de Saúde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – Distrital Centro Sul); Silvia Tatiana Miranda (Câmara Municipal de Coronel Fabriciano); Thiago de Carvalho Passos (Delegacia Regional de Polícia Civil); Tiago Barcelos Barbosa (Câmara Municipal de Timóteo); Valdir Vieira da Silva; Willian Alves Pacheco; Wladmir Batista Dantas (Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais).

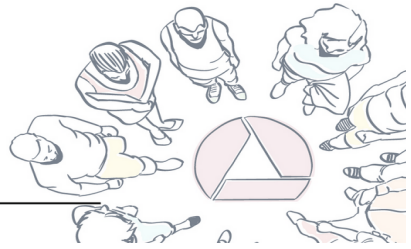


Requerimentos – Pedidos de Providências ou de Informações

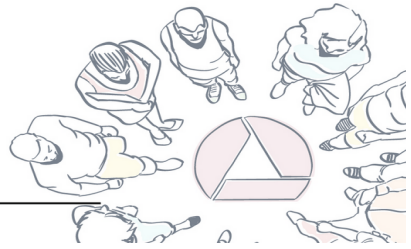
PLE/ 2025	Requerimento (número)	Destinatário	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta até 31 de outubro de 2026
156	RQN 15.360/2025	CBMMG	Requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para instalação de uma unidade da corporação no Município de São Francisco, com vistas a reduzir o tempo de resposta das ocorrências na região, uma vez que a área é atendida pelo pelotão de Januária, responsável por 22 municípios.	O comandante-geral do CBMMG em exercício, em 5/1/26, informou que a instituição se encontra em tratativas avançadas para a instalação de um Posto Avançado no Município de São Francisco. Relatou que a administração municipal disponibilizou um imóvel com área de aproximadamente 4.180 m² para a implantação da unidade. Destacou que os trabalhos estão na fase de execução do revestimento e de construção de um galpão em estrutura metálica, com previsão de conclusão e entrega estimada em 12 meses. Adicionalmente, afirmou manter articulações com outros órgãos para a captação de recursos visando conferir celeridade ao empreendimento e antecipar os benefícios operacionais para a população local e regional.
156	RQN 15.361/2025	CBMMG	Requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para reforma e posterior estruturação da sede do pelotão do CBMMG no Município de Janaúba, de forma a proporcionar melhores condições de trabalho aos bombeiros militares e, consequentemente, aprimorar a qualidade do atendimento prestado à população.	Proposição rejeitada



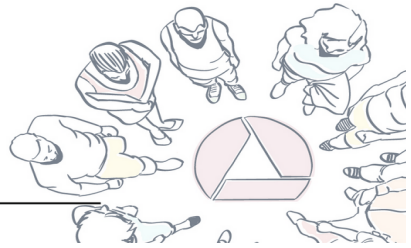
156	RQN 15.362/2025	CBMMG	Requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para construção de almoxarifado, destinado ao adequado armazenamento de materiais e equipamentos, no imóvel do pelotão do CBMMG no Município de Itaobim, e para aquisição de equipamentos operacionais de primeiros socorros, de combate a incêndio, de mergulho autônomo e de salvamento em altura, terrestre e aquático, com vistas a incrementar as ações desenvolvidas pelos militares desse pelotão.	A comandante-geral do CBMMG, em 7/1/26, informou que as demandas para a construção de um novo almoxarifado no imóvel do 4º Pelotão de Itaobim, bem como a aquisição de equipamentos operacionais (primeiros socorros, combate a incêndio, mergulho autônomo e salvamento), foram registradas no planejamento institucional da corporação. Esclareceu que não há possibilidade de atendimento imediato ao pedido devido ao atual contexto orçamentário do Estado, com destaque para a limitação de recursos de capital. Explicou que os materiais adquiridos com recursos ordinários do tesouro estadual seguem critérios técnicos de isonomia e proporcionalidade, enquanto bens provenientes de fontes alternativas (como emendas parlamentares, convênios ou TACs) possuem natureza vinculada ao objeto definido pelo destinador. O CBMMG ressaltou que permanece atento à viabilização de recursos específicos para a finalidade solicitada.
156	RQN 15.363/2025	CBMMG	Requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para incrementar as ações desempenhadas pelos militares do pelotão do CBMMG no Município de São João Evangelista, com revitalização da viatura Autobomba Tanque Salvamento – ABTS –, visando garantir sua plena operacionalidade e a adequada prestação de serviços emergenciais; com aquisição de viatura de autoprevenção e	O comandante-geral do CBMMG, em 7/1/26, informou que o Pelotão de São João Evangelista possui uma viatura Auto Bomba Tanque Salvamento (ABTS) fabricada em 2020, com 31.382 km rodados, sendo considerada uma das mais conservadas da frota do CBMMG. Relatou que a unidade dispõe de uma caminhonete Mitsubishi L200 Triton Sport GLSA, ano 2024, com 20.030 km rodados, destacando que o uso deste modelo para vistorias é uma exceção na corporação, que comumente utiliza veículos de passeio. Sobre os equipamentos para períodos chuvosos e combate a queimadas, o órgão confirmou a existência da demanda e



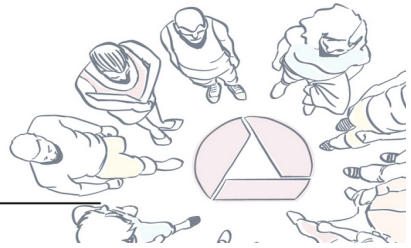
			vistoria, bem como de equipamentos específicos para operações em períodos chuvosos e para combate a queimadas, assegurando-se melhores condições de atuação em situações adversas; com construção de uma sala de treinamentos destinada à realização de cursos, capacitações e simulados, proporcionando-se ambiente adequado às necessidades operacionais da corporação e possibilitando-se a ampliação da oferta de formação contínua aos militares; e com construção de muro em substituição à cerca de arame atualmente existente, com o objetivo de garantir maior segurança aos servidores e às instalações do referido pelotão em São João Evangelista.	informou que os materiais estão previstos para futura aquisição e distribuição, condicionados à disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa. Em relação à infraestrutura, esclareceu que a sede foi construída e reformada com recursos municipais. A sala de treinamentos não foi edificada na inauguração por limites orçamentários, tendo sido priorizada a adequação dos alojamentos em 2021. O CBMMG declarou-se disponível para colaborar tecnicamente com a obra caso haja aporte financeiro específico. Sobre o muro, explicou que o cercamento original foi removido durante a ampliação em 2021, mas a reconstrução não ocorreu devido a restrições financeiras da prefeitura na época. Por fim, a corporação sugeriu a viabilização das melhorias por meio da indicação de emendas parlamentares.
156	RQN 15.364/2025	CBMMG	Requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para ampliação da estrutura do centro de treinamento da unidade da corporação no Município de Timóteo, a fim de aperfeiçoar a capacitação e fortalecer o desempenho técnico dos bombeiros militares, assegurando-se maior eficiência	O comandante-geral do CBMMG em exercício, em 15/1/26, informou que a corporação reconhece a relevância estratégica da ampliação do centro de treinamento da unidade em Timóteo para o aperfeiçoamento técnico dos militares e melhoria dos serviços para toda a região Leste do Estado. Explicou que a referida obra foi iniciada utilizando recursos alternativos, doações e o aporte de uma emenda parlamentar destinada ao município, que custeou parte da construção e que o empreendimento ainda não foi integralmente concluído. Esclareceu que a instituição mantém



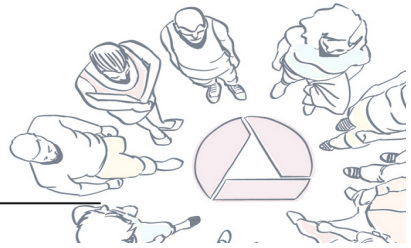
			operacional, melhor resposta às ocorrências e mais segurança à população atendida.	esforços contínuos para viabilizar a finalização das obras por meio da busca ativa por novos recursos, citando especificamente a articulação para novas emendas parlamentares, parcerias com a iniciativa privada e diálogos com outros Poderes.
156	RQN 15.365/2025	CBMMG	Requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de providências para a estruturação e a modernização da sala de musculação do pelotão do Município de Araçuaí, a fim de garantir condições adequadas de treinamento físico aos militares, atividade essencial para a manutenção da aptidão operacional, prevenção de lesões e melhoria do desempenho nas ocorrências.	O comandante-geral do CBMMG em exercício, em 7/1/26, informou que a unidade do Município de Araçuaí já dispõe de espaço físico e de equipamentos básicos para o treinamento dos militares. No entanto, para a adequada estruturação e modernização da referida sala de musculação, a corporação estimou a necessidade de um aporte financeiro no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) destinado à aquisição de novos equipamentos. Diante dessa estimativa, solicitou do parlamentar e dos demais membros da Casa a possibilidade de apoio institucional mediante a indicação de emendas parlamentares para viabilizar as melhorias. Ressaltou, ainda, que caso não seja possível o atendimento por essa via, manifestou disposição para buscar os recursos necessários por meio de outras fontes, reafirmando o interesse institucional no fortalecimento das condições de treinamento e na valorização da atividade operacional desenvolvida na região.
159	RQN 15.369/2025	Sejusp	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para construção, na unidade prisional do Município de Itaobim, de alojamento	A Sejusp informou, em 8/1/2026, que a execução de obras no Presídio de Itaobim, incluindo o alojamento para policiais penais e a portaria para visitantes, está condicionada a critérios de viabilidade técnica, disponibilidade financeira e capacidade operacional. A pasta esclareceu que, devido à elevada demanda



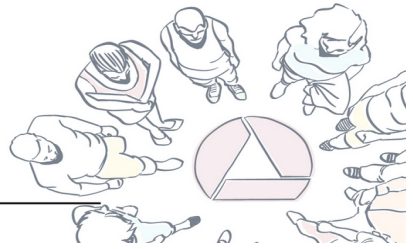
			destinado ao descanso dos policiais penais e de portaria com condições adequadas de receber os visitantes.	da Diretoria de Infraestrutura e à necessidade de priorizar intervenções emergenciais em mais de 340 unidades, não há previsão orçamentária ou técnica para a inclusão dessas melhorias no cronograma imediato. Entretanto, a secretaria ressaltou que a unidade possui autonomia para buscar parcerias externas para a execução das obras, conforme a Resolução nº 571/2021.
159	RQN 15.370/2025	Sejusp	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para construção ou disponibilização de um espaço dentro do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto e do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – Ceresp – Gameleira para a prática de esportes pelos policiais penais, de forma a contribuir para o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores.	A Sejusp informou, em 12/1/2026, que a construção de espaços esportivos no Complexo Feminino Estevão Pinto e no Ceresp Gameleira é inviável no momento. Alegou que, além de questões financeiras, a proposta apresenta desafios de segurança, uma vez que o trânsito de servidores em períodos de folga dentro das unidades exigiria controles rigorosos que poderiam impactar a rotina e a disciplina institucional. Além disso, ressaltou que o cronograma de obras para o exercício de 2026 já está comprometido com intervenções essenciais e manutenções prioritárias nas mais de 340 unidades do Estado, mantendo o pleito apenas em registro para reavaliação futura.
159	RQN 15.371/2025	Sejusp	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para disponibilização de armários ou locais seguros, para que os policiais penais possam guardar seus pertences pessoais não permitidos ou necessários durante as atividades de escolta ou custódia hospitalar,	A Sejusp informou, em 8/1/2026, que a Polícia Penal não possui autonomia administrativa sobre a infraestrutura das unidades de saúde, sendo a gestão desses espaços de responsabilidade exclusiva das direções hospitalares. Esclareceu que, conforme a Resolução SEJUSP nº 1.315/2025, o manuseio de armas deve ocorrer em locais autorizados pelas administrações de cada hospital, o que impede a instalação unilateral de equipamentos (como caixas de areia ou armários) pelo sistema prisional.



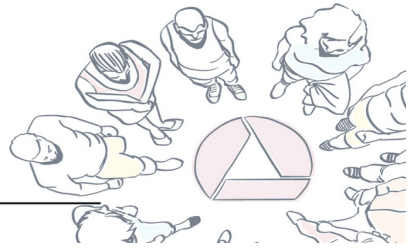
			e para disponibilização de caixas de areia, utilizadas no municiamento e desmuniciamento seguro de suas armas de fogo, nas unidades de saúde e nos hospitais de Belo Horizonte.	Contudo, ressaltou que o Departamento Penitenciário mantém articulações com a Secretaria de Estado de Saúde e direções hospitalares para realizar estudos técnicos e sensibilizar os órgãos competentes sobre a necessidade dessas melhorias.
159	RQN 15.372/2025	Sejusp	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para implementação de oficinas profissionalizantes no âmbito das associações de proteção e assistência aos condenados – Apacs –, de modo a fomentar a reinserção dos recuperandos no mercado de trabalho, e para aquisição de bens eletrônicos permanentes, a serem utilizados tanto na segurança das unidades quanto em pesquisas e cursos profissionalizantes, incluindo educação a distância, com vistas à melhoria da infraestrutura das Apacs.	A Sejusp informou, em 6/1/2026, que as ações de qualificação profissional já estão integradas à metodologia das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - e são fomentadas pelo Estado por meio dos Termos de Colaboração vigentes. A pasta esclareceu que os recursos atuais cobrem despesas de custeio - materiais didáticos, insumos e contratação de instrutores. No entanto, ressaltou que as normas orçamentárias de 2025 vedam o uso desses recursos para a aquisição de bens permanentes - eletrônicos, computadores e máquinas -, pois tais itens configuram investimento patrimonial. Como solução, a secretaria sugeriu que as Apacs busquem a viabilização desses equipamentos via emendas parlamentares, que permitem legalmente a compra de bens duradouros e melhorias na infraestrutura.
159	RQN 15.373/2025	Sejusp	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para elaboração e execução do projeto de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, incluindo investimentos de adequação estrutural e física dos imóveis das	A Sejusp informou, em 6/1/2026, que, embora reconheça a importância estratégica do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para a segurança das unidades, a Diretoria de Custódias Complementares não possui atribuições formais ou capacidade técnica para executar intervenções de engenharia e infraestrutura predial. Esclareceu que as demandas de adequação estrutural das Associações de Proteção e Assistência aos



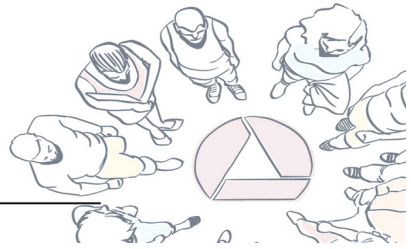
			associações de proteção e assistência aos condenados – Apacs.	Condenados - Apacs - envolvem complexidades técnicas que fogem à sua alçada gerencial. Como solução, sugeriu que a viabilização dos projetos ocorra por meio da destinação direta de emendas parlamentares às Apacs, permitindo que as próprias entidades gerenciem os recursos e as obras necessárias para o licenciamento.
159	RQN 15.374/2025	Sejusp	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para avaliar a possibilidade de implantação de uma fábrica de costura e uma de pré-moldados na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac – de Salinas, com vistas à capacitação dos recuperandos e consequente fortalecimento das medidas de ressocialização da unidade.	Proposição rejeitada
159	RQN 15.417/2025	Sejusp	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp - pedido de providências para promover a implementação das ações do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – no âmbito das unidades prisionais, com a realização de grupos de apresentação e grupos reflexivos com pessoas na fase pré-egressa, como	Proposição rejeitada



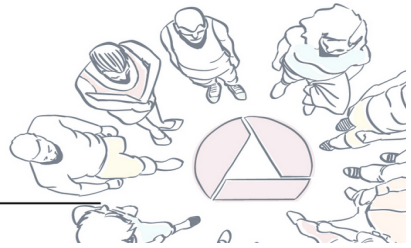
			forma de promover o vínculo prévio com o público atendido, favorecendo seu acompanhamento após a liberdade e o processo de reintegração social; e ampliar a execução das ações voltadas para a qualificação e inserção produtiva das pessoas egressas do sistema prisional, com foco na empregabilidade e na geração de renda, incluindo a oferta de cursos profissionalizantes e oficinas de desenvolvimento de competências socioemocionais, de maneira a contribuir para a reinserção social e a autonomia econômica desse público.	
173	RQN 15.418/2025	Sejusp	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp - pedido de providências para ampliar as ações de capacitação direcionadas a agentes públicos e representantes da sociedade civil dos municípios abrangidos pelo programa Selo Prevenção Minas, priorizando-se a realização de formações regionais para o atendimento de 168 municípios que apresentam maiores índices de criminalidade no âmbito da 4ª, da 10ª e da	O secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, em 5/1/2026, informou que as medidas adotadas para o atendimento ao requerimento baseiam-se na atuação da Academia Estadual de Segurança Pública - Aesp -, que, em 2025, realizou ações de formação regionalizada nas áreas prioritárias, alcançando 3.300 alunos capacitados por meio de 220 atividades educacionais, com a seguinte distribuição por Região Integrada de Segurança Pública - Risp: 1.721 alunos na 4ª Risp, em 108 cursos; 826 alunos na 10ª Risp, em 47 cursos; e 753 alunos na 15ª Risp, em 65 cursos. Informou que a continuidade das formações é uma diretriz



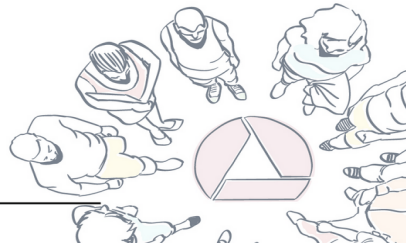
			15ª Regiões Integradas de Segurança Pública, como estratégia para qualificar a atuação de órgãos locais, bem como para fomentar as ações de prevenção social à criminalidade e as práticas inerentes à segurança cidadã.	permanente do Programa Selo Prevenção Minas, executadas nos municípios já atendidos por meio de assessoramentos técnicos. No entanto, informou a impossibilidade de expansão física de Unidades de Prevenção à Criminalidade ou implantação de novas unidades, justificando que o orçamento atual do programa está integralmente comprometido com o planejamento vigente. Como alternativa para a ampliação das capacidades solicitadas, a Secretaria indicou a existência de um portfólio de projetos para captação de recursos externos e emendas parlamentares, com destaque para o projeto "Cursos de Qualificação Profissional - Prevenção Social à Criminalidade".
173	RQN 15.419/2025	Sejusp	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp - pedido de providências para priorizar as ações de formação e capacitação de agentes comunitários de segurança cidadã nos territórios abrangidos pelo programa Mediação de Conflitos, de forma a potencializar a participação social e a atuação das referências comunitárias locais e contribuir, em contrapartida, para o aumento da sensação de segurança, especialmente em áreas mais vulneráveis aos fenômenos da violência e da	A Sejusp, em 5/1/2026, informou que, embora reconheça a importância estratégica da formação de lideranças comunitárias para a prevenção à criminalidade, não há previsão orçamentária no planejamento de 2026 para a implementação de novas etapas de capacitação de agentes comunitários de segurança cidadã nos territórios do programa Mediação de Conflitos. A autoridade justificou que a continuidade da ação está condicionada à disponibilidade de novos aportes financeiros e definições institucionais futuras. Como alternativa para a viabilização da política, a Secretaria indicou a possibilidade de captação de recursos externos via emendas parlamentares por meio do projeto



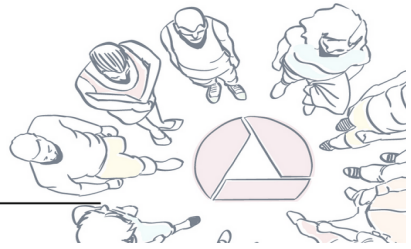
			criminalidade.	"Cursos de Qualificação Profissional Prevenção Social à Criminalidade", cujo escopo técnico e orientações para adesão estão disponíveis no endereço eletrônico https://projetos.seguranca.mg.gov.br/cursos-de-qualificacao-profissional-prevencao-social-a-criminalidade.
174	RQN 15.421/2025	PMMG	Requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - pedido de providências para intensificar o policiamento ostensivo na Região Metropolitana de Belo Horizonte – inclusive com o emprego de policiais em formação e com a publicização dos resultados –, com o objetivo de promover a segurança de usuários e profissionais do transporte público, como ônibus coletivos, terminais e estações do Move, taxistas, motoristas e entregadores de aplicativos, bem como daqueles que fazem o transporte de mercadorias, a fim de reduzir os crimes contra o patrimônio e contra a pessoa.	A PMMG, em 8/1/2026, informou que adota planejamento permanente e integrado para a preservação da ordem pública e prevenção de ilícitos. Quanto ao pedido de intensificação do policiamento ostensivo para segurança de usuários e profissionais do transporte público e motoristas de aplicativos, a autoridade destacou a execução sistemática de operações como a "Operação Visibilidade", iniciativa contínua voltada à ampliação da capacidade dissuasória, ao fortalecimento da sensação de segurança e à garantia de pronta resposta às demandas da população, assegurando a proteção das pessoas, dos comércios e das atividades remuneradas em geral. Tais ações priorizam o emprego estratégico do efetivo e repressão qualificada com base em análise criminal e dados estatísticos de inteligência e justificou que a alocação de recursos humanos e logísticos segue diretrizes técnicas e a realidade operacional de cada região.
174	RQN 15.422/2025	PMMG	Requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - pedido de	Em resposta ao requerimento, o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - informou que o



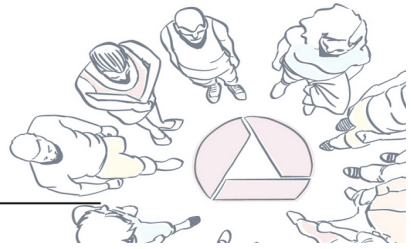
			providências para intensificar o policiamento ostensivo nas ciclorrotas utilizadas pelos ciclistas em todo o Estado, principalmente nos finais de semana e feriados.	policiamento ostensivo em todo o Estado é embasado em análises qualitativas e quantitativas, abrangendo também ações preventivas voltadas à segurança de ciclistas e usuários de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas. Ele ressaltou que a PMMG realiza o monitoramento constante dos dados relativos às ocorrências envolvendo ciclistas, o que possibilita compreender a natureza e a frequência desses eventos e adotar medidas preventivas para aprimorar a segurança em vias públicas urbanas e rurais. Além disso, destacou que as operações Visibilidade, Presença e Proteja Seu Bairro integram as estratégias permanentes de policiamento ostensivo da corporação, voltadas à ampliação da presença policial qualificada, por meio da ocupação coordenada de pontos-base estratégicos, do patrulhamento em grandes corredores viários e da atuação em locais de grande aglomeração de pessoas, com vistas à inibição de ilícitos, à redução de oportunidades criminais e ao incremento da percepção de segurança da população. Por fim, informou que, em 2025, foram realizadas 77.702 operações com essas finalidades.
174	RQN 15.423/2025	PMMG	Requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - pedido de providências para priorizar a capacitação de policiais militares para atuação como	Em resposta ao requerimento, o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais informou que temáticas relativas à prevenção da violência doméstica e familiar e à prevenção de crimes rurais estão contempladas nas disciplinas de Direitos



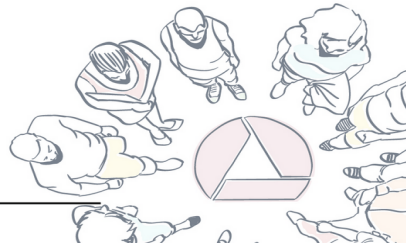
			multiplicadores nas temáticas de prevenção à violência doméstica e de prevenção a crimes rurais.	Humanos e Polícia Comunitária, que integram a matriz curricular dos cursos de formação e especialização da corporação. Segundo ele, o aperfeiçoamento contínuo do efetivo ocorre por meio do Treinamento Policial Básico, no qual são reforçados conteúdos relacionados à legislação aplicável, ao atendimento humanizado às vítimas, à atuação integrada com a rede de proteção e às especificidades da atividade policial no meio rural. Ele também informou que estava prevista para março do corrente ano a realização do seminário estadual sobre prevenção à violência doméstica e dos cursos de Prevenção à Violência Doméstica e de Multiplicador de Prevenção à Violência Doméstica. No que se refere à prevenção de crimes rurais, ele destacou a atuação das Patrulhas Rurais, fundamentada na filosofia de polícia comunitária, e a realização, em 2025, do seminário Segurança no Campo, que possibilitou a capacitação de aproximadamente 2 mil policiais militares.
174	RQN 15.424/2025	PMMG	Requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - pedido de providências para realizar os estudos de viabilidade pertinentes para a construção de um novo quartel no Município de São João do Oriente.	Em resposta ao requerimento, o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais informou que foi realizado estudo de viabilidade técnica, urbanística e funcional para a instalação da PMMG no Município de São João do Oriente. Nesse estudo, concluiu-se que tanto a construção de um novo quartel quanto a reforma e adequação do imóvel atualmente utilizado são alternativas tecnicamente viáveis. O comandante-geral esclareceu, no entanto, que não há disponibilidade orçamentária para a execução de nenhuma das



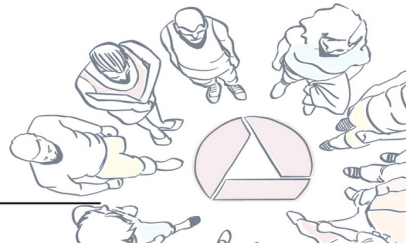
				opções no momento. De todo modo, ele manifestou interesse em cooperar com o gabinete parlamentar na indicação de emenda ao orçamento estadual que possa viabilizar a melhoria da infraestrutura da unidade.
174	RQN 15.425/2025	PMMG	Requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para promover a reforma, ampliação e estruturação do quartel sede da 80ª Companhia do 70º Batalhão de Polícia Militar, com o objetivo de promover as adaptações necessárias para a ampliação do atendimento ao projeto Meninos do Vale, além da melhoria das condições de trabalho dos militares, incluindo o estudo sobre a viabilidade de atendimento a demandas como a reforma do campo e a construção de muro, vestiários, quadra de esportes, pista de atletismo e heliponto.	Em resposta ao requerimento, o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais informou que o quartel sede da 80ª Companhia do 70º Batalhão de Polícia Militar encontra-se em uma edificação que necessita de melhorias. No entanto, segundo ele, no exercício vigente não há previsão orçamentária para o custeio de eventual reforma do imóvel. Ele destacou que, no planejamento atual, a unidade foi contemplada com a construção do muro, e que têm sido empreendidos esforços para viabilizar a captação de recursos financeiros que possibilitem a realização das demais intervenções solicitadas. Por fim, o comandante-geral concluiu que manifesta interesse em cooperar com o Gabinete Parlamentar na indicação de emenda orçamentária voltada ao fortalecimento da estrutura operacional que atende o município.
174	RQN 15.426/2025	PMMG	Requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para realizar o I Seminário das Bandas de Música da Corporação, com participação de militares e da sociedade civil, como forma de divulgar as atividades e promover a valorização dessas bandas de	O comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais informou que a corporação atua estrategicamente na prevenção criminal por meio do Centro de Atividades Musicais, estabelecendo vínculos sólidos com a sociedade. Informou ainda que realização de um seminário configura-se como ambiente adequado para o debate e a reflexão acerca do papel da atividade musical da corporação na construção de um ambiente mais



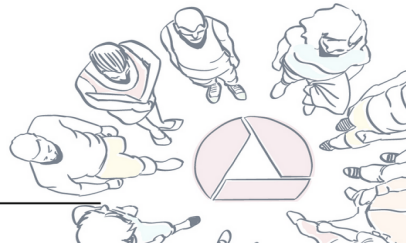
			música, bem como implementar estratégias destinadas à sua manutenção, ampliação em todas as regiões do Estado.	seguro. Por fim, registrou que a sugestão apresentada é válida, tendo sido acolhida e formalmente registrada para fins de análise.
174	RQN 15.427/2025	PMMG	Requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para elaborar um cronograma de apresentações da Banda de Música da PMMG nos terminais de transporte coletivo metropolitano, com ampla divulgação dessas atividades, especialmente por meio de canais “on-line”, tendo em vista a relevância da história e da missão dessa corporação musical, bem como o alcance de sua atuação no âmbito nos terminais metropolitanos, em face do grande deslocamento diário de pessoas nesses ambientes.	Em resposta ao requerimento, o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais informou que a corporação reconhece a importância da promoção cultural por meio de sua banda de música, que poderá participar de apresentações nos terminais metropolitanos desde que os eventos tenham caráter exclusivamente institucional, artístico e cultural, sem conotação político-partidária, e que o solicitante disponibilize a infraestrutura e o transporte necessários. Esclareceu, no entanto, que, em razão de compromissos institucionais já firmados, não é possível estabelecer um cronograma fixo de apresentações no momento. Por fim, destacou que a corporação permanece à disposição para avaliar solicitações pontuais.
174	RQN 15.428/2025	PMMG	Requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - pedido de providências para a ampliação do efetivo de músicos da corporação, inclusive com a realização de concurso público específico, e para o aprimoramento da formação dos policiais militares integrantes da carreira.	Em resposta ao requerimento, o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais informou que a corporação tem se empenhado para promover a recomposição do efetivo de músicos especialistas. No entanto, em decorrência do limite de despesa com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a administração pública tem priorizado concursos públicos voltados à recomposição do efetivo da tropa diretamente empregada no serviço operacional.



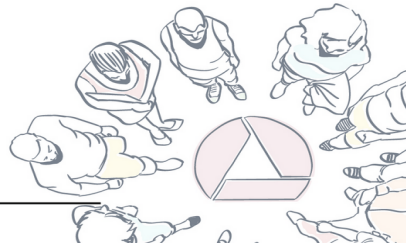
179	RQN 15.435/2025	PCMG	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para verificar a viabilidade de implantação de um posto de perícia integrado no Município de Janaúba, considerando a importância dos trabalhos periciais para as investigações criminais e para a indicação de autoria e materialidade dos crimes, visando à devida responsabilização judicial.	Em resposta ao requerimento, a chefe da Polícia Civil de Minas Gerais informou que o Estado possui dois imóveis próprios em Janaúba destinados à instituição, sendo que em um estão instaladas a Delegacia Regional de Janaúba e a Seção Técnica de Perícias, e em outro estão o Posto Médico Legal e o Setor de Trânsito e Vistorias. Ela informou ainda que as atividades de medicina legal relativas a necropsias são realizadas em estrutura anexa ao cemitério municipal, e os atendimentos médico-legais em pessoas vivas, em unidade hospitalar. Também destacou que há um projeto de reforma da Delegacia Regional e da Seção Técnica de Perícias, orçado em R$600.000,00, cujo recurso é de origem do Acordo Judicial Vale. Embora tenha sido publicado edital de licitação em dezembro de 2025, o certame não obteve êxito e a documentação técnica encontra-se em fase de revisão para publicação de um novo edital. A chefe ainda ressaltou que a implantação de um posto de perícia integrado é medida desejável sob os aspectos técnico e operacional, porém sua viabilidade depende de planejamento prévio, da disponibilização de terreno ou imóvel e da realização de obras de construção ou adequação, o que implica custos significativos. Assim, a PCMG tem priorizado a melhoria das estruturas físicas das unidades periciais atualmente existentes. Por fim, a titular do órgão salientou que a modernização da perícia criminal integra o Planejamento Estratégico 2023-2027 da PCMG, incluindo projetos estruturantes, como a implantação do Núcleo Integrado de Perícias, e a adequação às exigências da Lei Federal nº 13.964, de 2019. Nesse contexto, a solicitação de



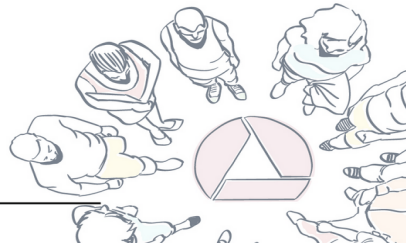
				implantação de um PPI em Janaúba, segundo ela, será devidamente planilhada e considerada nos estudos realizados em decorrência do cumprimento das diretrizes definidas no Planejamento Estratégico Institucional para aprimoramento da atividade pericial.
179	RQN 15.436/2025	PCMG	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG - pedido de providências para a aquisição de um equipamento de "flatscan" destinado ao posto médico-legal do Município de Montes Claros, considerando que a disponibilidade desse equipamento resultará em maior eficiência e eficácia dos trabalhos realizados nesse posto.	A PCMG, em 6/1/2026, informou que a aquisição do equipamento demanda planejamento orçamentário e definição de prioridades devido ao seu elevado custo. Ressaltou que o referido posto médico-legal possui quadro de médicos-legistas adequado e que as necrópsias são realizadas com rigor técnico e conformidade aos protocolos periciais vigentes, sendo o equipamento solicitado um recurso de aprimoramento que não inviabiliza a entrega dos laudos atuais. Frisou, por fim, que a demanda está sob monitoramento e o item consta no Portfólio de Projetos 2025/2026 do órgão para fins de captação de recursos. Nesse sentido, a Assessoria de Planejamento Institucional catalogou a solicitação para empreender esforços ao longo do ciclo orçamentário de 2026 visando viabilizar a compra.
179	RQN 15.437/2025	PCMG	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG - pedido de providências para a aquisição de duas câmaras mortuárias com seis gavetas para os postos de perícias integradas dos Municípios de Taiobeiras e Janaúba, com vistas à melhoria das condições de	A chefe da PCMG, em 6/1/2026, informou que, conforme dados da Superintendência de Polícia Técnico-Científica - SPTC -, a demanda por necrópsias nos postos de perícias integradas de Taiobeiras e Janaúba é considerada baixa em comparação a outras regionais. Segundo o órgão, o procedimento padrão nessas unidades consiste na realização imediata dos exames e na liberação dos corpos. Em situações excepcionais que exijam o uso



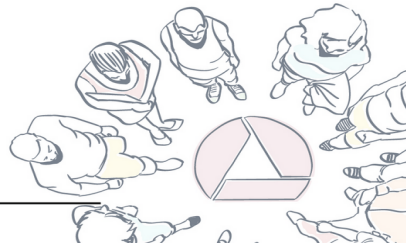
			armazenamento dos corpos e ao cumprimento das normas sanitárias nesses locais.	de câmara mortuária, o cadáver é encaminhado para outra regional que possua a estrutura necessária. Ressaltou que estudos técnicos do Plano de Necessidades da SPTC indicam que câmaras com três gavetas seriam suficientes para as demandas operacionais das referidas localidades, em divergência com as seis gavetas solicitadas. Por fim, comunicou que a superintendência aguarda a captação de recursos de diversas fontes de financiamento para viabilizar a aquisição dos equipamentos adequados, respeitando as prioridades institucionais e a disponibilidade orçamentária, sob acompanhamento da Assessoria de Planejamento Institucional.
179	RQN 15.438/2025	PCMG	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para disponibilizar "kits" de informática, de armamento e de equipamentos de intervenção tática, bem como uma viatura para a 1ª Delegacia de Polícia Civil de Montes Claros, do 11º Departamento de Polícia Civil, em consonância com os Portfólios de Projetos da PCMG, visando modernizar a investigação criminal e aprimorar o exercício das funções de polícia judiciária na Macrorregião de Montes Claros.	A chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais informou que, no momento, não é possível atender ao pedido de disponibilização de kits de informática, armamentos, equipamentos de intervenção tática e viatura para a 1ª Delegacia de Polícia Civil de Montes Claros, em razão da indisponibilidade de materiais em estoque e da inexistência de recursos extraordinários destinados à unidade. Ela esclareceu, contudo, que o 11º Departamento de Polícia Civil recebeu, em 2024 e 2025, expressivo quantitativo de equipamentos de informática, incluindo kits do Projeto Procedimento de Polícia Judiciária Eletrônico. Quanto ao armamento, destacou que a unidade conta com apoio da Delegacia Regional em operações programadas e que a aquisição de novas armas depende, em regra, de recursos extraordinários, especialmente de emendas parlamentares. Em relação à viatura,



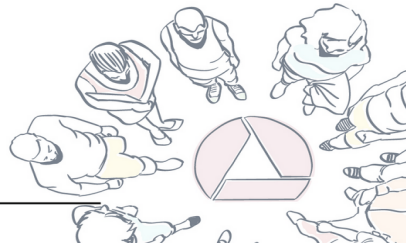
				informou que a demanda foi encaminhada à Assessoria de Planejamento Institucional, para inclusão em planejamento voltado à captação de recursos. Por fim, registrou que as necessidades das unidades são continuamente avaliadas no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional, observando critérios orçamentários e de dinâmica da criminalidade.
179	RQN 15.439/2025	PCMG	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG - pedido de providências para disponibilizar à 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil do Município de Janaúba recursos para a extração de dados de dispositivos móveis, incluindo equipamentos, "softwares" e capacitação técnica, com vistas a incrementar as estratégias para o combate ao tráfico de drogas na Macrorregião de Montes Claros.	A chefe da PCMG, em 6/1/2026, informou que as demandas da Seção Técnica Regional de Criminalística de Janaúba para extração de dados de dispositivos móveis são atendidas pela unidade de Montes Claros, devido à organização logística e disponibilidade de pessoal capacitado. Esclareceu que a Perícia Técnica do Estado possui 10 licenças do software Cellebrite e 3 do software XRY ativas, compartilhadas entre mais de 10 regionais, e que a instituição empenha esforços para a aquisição de novos recursos e renovação de licenças vencidas. Informou, ainda, que está em andamento a aquisição de uma licença atualizada do software XRY, no valor de R$ 258.000,00, viabilizada por Acordo de Não Persecução Penal celebrado pelo Ministério Público de Minas Gerais e que tal solução será destinada à Seção Técnica Regional de Criminalística de Montes Claros para atender a todo o departamento, incluindo o Município de Janaúba.
179	RQN 15.440/2025	PCMG	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para disponibilizar viatura	A chefe da PCMG, em 6/1/2026, informou que o Município de Padre Paraíso é sede de delegacia subordinada à 2ª Delegacia Regional de Pedra Azul e ao 15º Departamento de Polícia Civil de



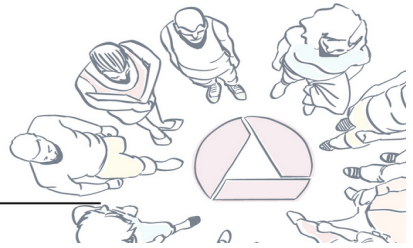
			caracterizada para transporte de pessoas presas à Delegacia de Polícia Civil do Município de Padre Paraíso, com vistas a garantir a segurança dos policiais e das pessoas presas nessa localidade.	Teófilo Otoni. Quanto ao pedido de disponibilização de viatura caracterizada para o transporte de pessoas presas, comunicou a impossibilidade de atendimento imediato à solicitação, conforme manifestação da Diretoria de Transportes da SPGF/PCMG. A Assessoria de Planejamento Institucional complementou que não há previsão de recursos para a referida aquisição, embora a demanda tenha sido catalogada para esforços de viabilização ao longo do ciclo orçamentário de 2026. Por fim, informou que a unidade de Padre Paraíso conta atualmente com um veículo Citröen/AirCross StartMT, ano 2020, caracterizado e com compartimento para transporte de presos, conforme dados do delegado titular da Regional de Pedra Azul.
179	RQN 15.441/2025	PCMG	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG - pedido de providências para disponibilizar uma viatura para a Delegacia de Polícia Civil do Município de Ipatinga, com vistas a garantir a segurança da população local e dos próprios policiais.	A chefe da PCMG, em 7/1/2026, informou, com base em dados da Diretoria de Transportes, que não é possível atender, no momento, ao pedido de disponibilização de viatura para a Delegacia de Polícia Civil de Ipatinga. Segundo a Assessoria de Planejamento Institucional, não há previsibilidade de recursos para a referida aquisição, embora a demanda tenha sido catalogada para que se envidem esforços visando à viabilização de novos veículos ao longo do ciclo orçamentário de 2026. Adicionalmente, a Delegacia Regional de Ipatinga comunicou que um veículo proveniente de depósito judicial foi devolvido ao Poder Judiciário e que a substituição do automóvel, também por meio de depósito judicial, já está sendo providenciada para o atendimento das necessidades da unidade



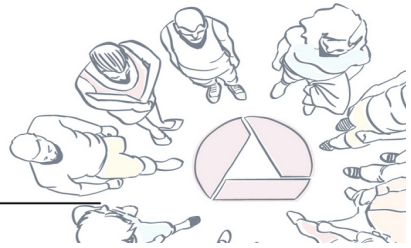
				policial.
179	RQN 15.442/2025	PCMG	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG - pedido de providências para verificar a possibilidade de designação de, pelo menos, cinco policiais civis para a Delegacia de Polícia Civil do Município de Araçuaí, tendo em vista a carência de servidores para a realização do plantão nessa unidade.	A chefe da PCMG, em 7/1/2026, informou que o Município de Araçuaí é sede de unidade policial subordinada à 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Pedra Azul, integrante do 15º Departamento de Polícia Civil de Teófilo Otoni. Com base no Quadro Percentual de Dimensionamento de Pessoal - QDP -, instituído pela Resolução nº 8.251, de 13/3/2023, a estrutura atual da delegacia local conta com um delegado de polícia, quatro escrivães e oito investigadores. Esclareceu que a recomposição do quadro de servidores é prioridade da gestão e destacou a existência de concurso público em andamento para o provimento de 255 vagas em carreiras policiais (delegado, médico legista, perito criminal e investigador) e 104 cargos de Técnico Assistente. Por fim, ressaltou que a alocação de recursos humanos é realizada mediante estudos técnicos que consideram indicadores de criminalidade, produtividade das unidades e condições estruturais.
179	RQN 15.444/2025	PCMG	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG - pedido de providências para construir uma nova sede para a Delegacia Regional de Polícia Civil do Vale do Aço, localizada no Município de Ipatinga.	A chefe da PCMG, em 7/1/2026, informou que não há, no momento, disponibilidade de recursos ordinários ou extraordinários para a construção de uma nova sede para a Delegacia Regional de Polícia Civil do Vale do Aço, em Ipatinga. Esclareceu que a instituição desenvolveu o projeto Sedes Novas, que utiliza a metodologia GUT (Gravidade, Urgência e Tendência) para priorizar intervenções prediais. Segundo o diagnóstico técnico de 2023, a unidade de Ipatinga, situada em imóvel próprio



				do Estado, está classificada como de "média prioridade". O órgão indicou que a solução mais adequada para sanar falhas nos sistemas de cobertura e drenagem pluvial é a manutenção predial via novo contrato em fase final de formalização. Adicionalmente, a PCMG relatou que a delegacia passa por adequações financiadas pelo Poder Judiciário e por emendas impositivas da Prefeitura de Ipatinga, incluindo a instalação de elevador para acessibilidade, cabines individuais para registros de ocorrências, troca de mobiliário e revitalização da fachada. A Assessoria de Planejamento Institucional complementou que a estrutura atual é considerada adequada para as atividades de polícia judiciária, apesar da necessidade de intervenções pontuais já monitoradas.
179	RQN 15.445/2025	PCMG	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que a 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil do Município de Unaí seja reestruturada em uma sede própria, considerando-se que essa unidade funciona em um imóvel residencial locado, sem acessibilidade ou infraestrutura necessária às atividades diárias da delegacia, entre as quais se incluem a armazenagem de vestígios e os exames de corpo de delito.	A chefe da PCMG, em 12/1/2026, informou que a 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Unaí foi objeto da Ação Civil Pública nº 0117906-40.2016.8.13.0704, que resultou na condenação do Estado para promover a adequação do imóvel atual. Esclareceu que a execução da sentença tramita no Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica do Ministério Público de Minas Gerais - Compor-MG, onde a PCMG propôs a locação de imóvel sob encomenda no modelo built to suit - BTS - para sanar as deficiências de acessibilidade e infraestrutura, especialmente na área da perícia técnico-científica. Relatou, contudo, que o Comitê de Orçamento e Finanças do Estado - Cofin - indeferiu a referida contratação e suplementação orçamentária por questões de contingenciamento financeiro, o que levou ao adiamento de reunião de mediação sobre o tema.



				Em paralelo à proposta de BTS, a Coordenação de Planejamento, Gestão e Finanças informou a tramitação de processo para reforma e adequação da sede atual, situada na Rua Alba Gonzaga, nº 154, em atendimento à demanda judicial. Adicionalmente, a Superintendência de Polícia Técnico-Científica comunicou a existência de estudos para a construção de um Posto de Perícia Integrada - PPI - independente no município, visando concentrar os exames médico-legais e de criminalística, hoje dispersos entre a delegacia, hospital local e edifício anexo. Por fim, a assessoria técnica indicou que serão empreendidos esforços ao longo do ciclo orçamentário de 2026 para viabilizar a reestruturação da unidade.
205	RQN 15.542/2025	Sejusp	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre quais comunidades terapêuticas recebem recursos da Sejusp, se há fiscalização dessas entidades e se há metas de monitoramento dos serviços prestados por elas; e caso haja relatórios de fiscalização e de cumprimento de metas das comunidades terapêuticas conveniadas com o Estado, que sejam encaminhadas cópias desses relatórios a esta Casa Legislativa.	Aguardando o envio de ofício
212	RQN 15.573/2025	Sejusp	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública –	A Sejusp informou, em 6/1/2026, que a proposta de capacitação para gestores e equipes do sistema de justiça criminal converge



			Sejusp – pedido de providências para realização da ação de capacitação que menciona com o objetivo de capacitar equipes e gestores da capital e do interior, além de fortalecer a articulação intersetorial do sistema de justiça criminal.	com as diretrizes da Política de Prevenção Social à Criminalidade. No entanto, a pasta esclareceu que não há previsão orçamentária ou cronograma estabelecido para a execução da ação nos moldes solicitados no momento. O secretário destacou que os programas já existentes - Ceapa, PrEsp e Serviço APEC - realizam aperfeiçoamentos mensais e sugeriu que a viabilização de novas frentes de formação ocorra via emendas parlamentares, por meio do projeto "Cursos de Qualificação Profissional - Prevenção Social à Criminalidade" disponível no portfólio da instituição.
212	RQN 15.574/2025	Sejusp	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para a viabilização de moradias para policiais penais no Estado, em especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte.	A Sejusp informou, em 29/12/2025, que a política habitacional para as forças de segurança é regida pelo programa Lares Geraes. Esclareceu que o programa se limita à permissão temporária de uso de moradias funcionais para servidores em situação de vulnerabilidade ou risco iminente, não havendo previsão legal para a comercialização ou alienação definitiva desses imóveis. Ressaltou que a aquisição da casa própria não integra o escopo atual do programa, mas manifestou apoio a futuras iniciativas de valorização, como auxílio-moradia ou acesso a financiamentos diferenciados, que possam fortalecer a categoria.

